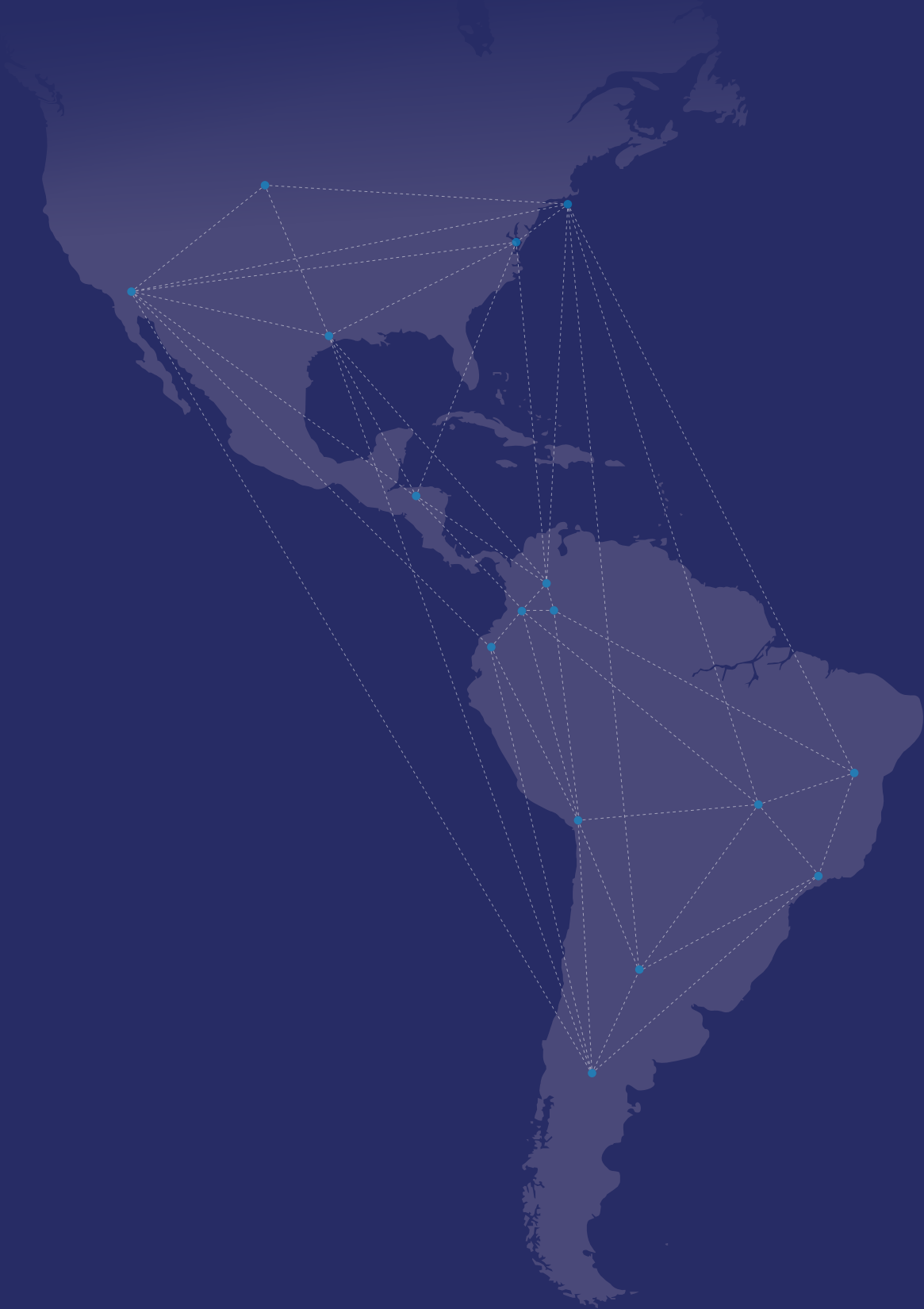




Mayors of the
Americas
Task Force on
Migration

Cidades liderando as vias regulares para a migração nas Américas



Relatório disponível em: mayorsmigrationcouncil.org/news/migration-pathways-report

Direitos autorais © Mayors Migration Council - Um projeto patrocinado por Rockefeller Philanthropy Advisors. Designer: Sander Rast

Conteúdo

1. Resumo executivo	4
2. Introdução	6
3. O papel das cidades nas vias de migração regular nas Américas	10
4. Iniciativas locais para expandir as vias regulares de migração	16
4.1 Modelos de atendimento integrado	16
4.2 Documentos de identificação local e gestão de dados	19
4.3 Programas para o desenvolvimento da força de trabalho	21
4.4 Programas de mobilidade laboral entre cidades	26
5. Estratégias de financiamento para a ação municipal	30
6. Recomendações e conclusões	34
7. Anexo: Práticas das cidades	38

Resumo executivo

Diante do aumento dos movimentos migratórios nas Américas e da ação limitada dos governos nacionais, as cidades têm assumido um papel fundamental na promoção de vias de migração regular.

Os governos locais — incluindo municípios, cidades, estados, condados, províncias, entre outros — podem assumir um papel mais ativo para aumentar a disponibilidade e o acesso às vias de migração regular, sempre que disponham de recursos adequados, apoio institucional e mecanismos de coordenação eficazes. Seu papel na gestão da migração

e, em particular, na implementação de vias de migração regular apresenta múltiplas oportunidades, permitindo-lhes aproveitar o potencial econômico, social e cultural dos migrantes.

Este relatório fornece boas práticas locais e oferece recomendações para fortalecer a liderança das cidades para ampliar essas vias e fortalecer a governança migratória.

O documento **identifica três papéis que as cidades desempenham na criação de vias de migração regular bem-sucedidas:**

1. Incubadoras:

As cidades utilizam de forma proativa as ferramentas e regulamentações disponíveis para conceber e promover soluções inovadoras, como cartões de identificação locais para acesso ao status legal e a serviços, ou certificação de competências para acesso ao emprego formal.

2. Implementadoras:

As cidades facilitam o acesso às vias migratórias existentes ao atuarem como parceiras de implementação, ampliando o acesso a serviços como regularização migratória, assistência jurídica e colocação profissional.

3. Incidência:

As cidades defendem, junto aos governos nacionais, ou participam de fóruns regionais e internacionais para promover a criação ou a ampliação de vias regulares para migrantes.

O relatório explora **quatro modalidades de projetos que as cidades desenvolvem** ou poderiam avançar para melhorar as vias de migração regular e propõe ações específicas a serem consideradas por cada modalidade:



1. Modelos de atendimento integrado



2. Documentos de identificação local e gestão de dados



3. Programas para o desenvolvimento da força de trabalho



4. Programas de mobilidade laboral entre cidades

Diante do complexo cenário de financiamento para a migração e o desenvolvimento, particularmente a nível local, o documento identifica algumas **estratégias de financiamento que as cidades podem explorar**, incluindo fundos municipais, fundos de investimento de impacto, fundos de garantia, pagamentos baseados em resultados, emissão de títulos sociais e conversões de dívida.

Por fim, o relatório identifica **recomendações de políticas para fortalecer e ampliar o papel das cidades** na elaboração, implementação e expansão das vias de migração regular. Estas incluem:

- Fortalecer o papel de incidência das cidades para continuar inovando;
- Promover a cooperação entre cidades das Américas, especificamente os programas de promoção de vias de migração regular;
- Fomentar a coesão social e reduzir a discriminação;
- Explorar mecanismos de financiamento inovadores;
- Fomentar a participação do setor privado na gestão migratória;
- Avançar na elaboração de políticas baseadas em evidências;
- Fortalecer a governança migratória;
- Estabelecer capacidades locais e transversais;
- Implementar uma visão integrada e de longo prazo;
- Promover o crescimento urbano ordenado e inclusivo.

Introdução

“As prefeituras acabam sendo o primeiro contato, o primeiro ator visível para a população, muitas vezes sem uma estrutura nacional clara que as apoie ou coordene. Os governos locais acabam desenvolvendo muitas ações que deveriam ser estruturadas em níveis superiores, mas o fazem porque são eles que estão no território e as pessoas recorrem a eles.”

Natalia Durán Valbuena, Innovations for Poverty Action e ex-funcionária da Prefeitura de Bucaramanga, Colômbia

O deslocamento forçado nas Américas atingiu uma complexidade e magnitude sem precedentes. Em meados de 2024, havia 120 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo.¹ Dessas, cerca de 20,3 milhões estavam nas Américas, o que representa 17% da população deslocada a nível mundial. Na América Latina e no Caribe, o número de migrantes aumentou significativamente, quase duplicando de 8,3 milhões para 16,3 milhões entre 2010 e 2022.²

Embora as pessoas se desloquem por inúmeras e variadas razões, incluindo conflitos e violência, pobreza, crime organizado e os efeitos da crise climática, ou em busca de novas oportunidades, elas têm algo em comum: a maioria chega às cidades. De fato, as 20 maiores cidades da América Latina e do Caribe viram sua população crescer 20% nos últimos cinco anos. Cidades como Nova York abrigam aproximadamente 3,1 milhões de migrantes, o que representa cerca de 38% da população.³ A Cidade do México tem uma população migrante de cerca de 1,6 milhão de pessoas⁴, enquanto Lima é a cidade com a maior população venezuelana fora de seu país de origem, com 1,15 milhão de pessoas.⁵

Diante do deslocamento em grande escala, os governos nacionais das Américas têm reconhecido e implementado vias ou canais de migração regular para gerenciar a migração de forma humana, segura e ordenada. Essas vias incluem acordos de mobilidade regional, vias circulares que permitem períodos temporários de permanência, processos de regularização, proteções temporárias e humanitárias, e vistos de trabalho, reunificação familiar, investimento ou estudo. No entanto, os mecanismos regionais de governança migratória e a colaboração entre governos têm sido insuficientes diante das dinâmicas migratórias em constante mudança e das necessidades dos migrantes e das comunidades de acolhida. Nos últimos anos, os governos da região têm implementado políticas migratórias regressivas, como a militarização das fronteiras, a suspensão ou não implementação de canais de regularização acessíveis, e a detenção e criminalização de migrantes.

Diante dessa situação, muitas cidades estão criando soluções criativas, não apenas para gerenciar a migração de forma humana e ordenada, mas porque é o mais pragmático para apoiar suas comunidades. Embora as políticas migratórias tenham sido

¹ “Níveis mundiais de deslocamento forçado atingem novo recorde”, ACNUR, ONU News, 12 de junho de 2024. <https://news.un.org/en/story/2024/06/1150981>

² “Chefe de Migração da ONU defende ampliação das vias laborais em reunião das Américas no México”, OIM, junho de 2024. <https://www.iom.int/news/un-migration-chief-calls-expanded-labour-pathways-americas-meeting-mexico>.

³ “Relatório Anual de 2023 sobre a População Imigrante da Cidade de Nova York e Iniciativas do Gabinete”, Gabinete do Prefeito de Nova York para Assuntos de Imigrantes, 2023. https://www.nyc.gov/assets/immigrants/downloads/pdf/MOIA-Annual-Report-2023_Final.pdf

⁴ “População total imigrante, emigrante e saldo migratório líquido por estado, anos censitários de 2000, 2010 e 2020”. Instituto Nacional de Estatística e Geografia - México (INEGI). https://www.inegi.org.mx/app/tabulados/interactivos/?pxq=Migracion_Migracion_01_426da5e7-766a-42a9-baef-5768cde4fca9.

⁵ “PERU: Relatório Situacional”, ACNUR, outubro de 2023. <https://reliefweb.int/report/peru/peru-factsheet-october-2023>



← Cidade do México, México. Beneficiária do Fundo Global de Cidades para Migrantes e Refugiados e membro da Coalizão de Prefeitos das Américas sobre Migração. Crédito: Governo da Cidade do México.



tradicionalmente de competência dos governos nacionais, são os governos locais que assumem a responsabilidade de garantir o acesso a serviços e condições de bem-estar para toda a população, incluindo migrantes. Desde a expansão de serviços integrados por meio de modelos de atendimento integrado em São Paulo e Quito, jornadas de regularização em Barranquilla e Cali, implementação de cartões de identificação local na Cidade do México e São Francisco, estratégias de vinculação laboral em Denver e Mendoza ou programas de mobilidade laboral entre Cúcuta e Bogotá, as cidades têm implementado programas inovadores que contribuem para a estabilização e integração de migrantes e das comunidades de acolhida, bem como para o desenvolvimento local.

A participação local na formulação de vias regulares de migração ainda é limitada, devido a abordagens que veem a migração como um fenômeno temporário e excepcional, priorizando a assistência imediata em detrimento de políticas estruturais. Isso tem levado a respostas fragmentadas, especialmente em cidades fronteiriças, que operam com poucos recursos e apoio limitado. Para avançar em direção a cidades mais inclusivas e sustentáveis, que contem com institucionalidade e sustentabilidade a longo prazo, é necessário adotar políticas integradas que demonstrem o papel predominante que as cidades têm na promoção de vias de migração regular como agentes de desenvolvimento urbano.



Quito, Equador. Membro da Coalizão de Prefeitos das Américas sobre Migração.
Crédito: Unsplash.

O objetivo deste relatório é identificar o papel que as cidades das Américas têm desempenhado na promoção de vias de migração regular, compartilhar boas práticas e fornecer recomendações de programas e políticas públicas às cidades para ampliar essas vias e fortalecer a governança migratória local.

O relatório se baseia em um estudo realizado pela consultoria Plural, que desenvolveu grupos focais com 6 cidades, 33 entrevistas com especialistas e analisou 113 iniciativas internacionais. É um documento voltado principalmente para cidades e atores locais, que entende que a migração é um fenômeno complexo e de movimentos mistos. O relatório utiliza o termo migrantes para facilitar

a acessibilidade, mas com uma definição ampla que inclui todas as pessoas migrantes, refugiadas, retornadas e deportadas.

Este documento analisa o papel dos governos locais, incluindo municípios, cidades, estados, condados, regiões e províncias, entre outros. Para torná-lo acessível e fácil de ler, nos referiremos principalmente às cidades, o que deve ser interpretado em um sentido mais amplo para incluir os governos locais em geral.

O papel das cidades nas vias de migração regular nas Américas

A Rede das Nações Unidas sobre Migração define as vias de migração regular como mecanismos legais, políticos ou administrativos que permitem a entrada, permanência e regularização de migrantes, mesmo que sua entrada inicial tenha sido temporária ou irregular.⁶ As vias de migração regular, que variam de acordo com a legislação

de cada país, podem ser aplicadas em diferentes fases do processo migratório. O Mecanismo de Prefeitos do Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento (FMMD) classificou essas vias em consonância com as reconhecidas por 22 Estados da América Latina e do Caribe.

TIPOS DE VIAS DE MIGRAÇÃO REGULAR



⁶ "Vias Regulares de Admissão e Permanência para Migrantes em Situação de Vulnerabilidade", Rede das Nações Unidas sobre Migração, 2021. https://migrationnetwork.un.org/sites/g/files/tmzbdl416/files/docs/guidance_note-regular_pathways_for_admission_and_stay_for_migrants_in_situations_of_vulnerability_final.pdf

Devido ao papel como pontos de origem, trânsito, destino e retorno, as cidades se consolidaram como atores-chave na governança migratória. Elas não apenas respondem às necessidades imediatas dos migrantes, mas também participam ativamente na elaboração de políticas, juntamente com governos nacionais, organismos internacionais, sociedade civil, setor privado, academia e comunidades migrantes.

Embora a criação formal de vias de migração regular seja geralmente de competência do governo nacional, as cidades têm aproveitado as margens legais de seus estados e acordos regionais e internacionais para implementar

programas próprios, como documentos de identificação locais, acesso a serviços, apoio à reunificação familiar, processos de regularização, reassentamento de pessoas e integração laboral. Além disso, os atores locais desempenham um papel fundamental ao informar as pessoas migrantes sobre as opções disponíveis para acessar vias regulares e navegar por sistemas migratórios complexos. Essas iniciativas locais surgem para responder a lacunas nas políticas nacionais e enfrentar marcos legais que limitam o acesso de migrantes em situação irregular a serviços públicos, documentação, trabalho formal e, portanto, a processos que garantam sua integração a longo prazo.

“As vias regulares para a migração são como uma sopa de letras: asilo, TPS,⁷ vistos humanitárias, autorizações de trabalho, entre outras, e os migrantes muitas vezes não sabem em que parte da sopa se encontram. As cidades nem sempre têm recursos para oferecer tudo, mas pelo menos podem informar as pessoas sobre o que está disponível em termos de vias regulares de migração.”

Elizabeth Chacko,

George Washington University

⁷ Temporary Protected Status (TPS), ou Status de Proteção Temporária, em português.

De acordo com o Mecanismo de Prefeitos do FMMD, os governos locais têm desenvolvido soluções inovadoras e inclusivas que atendem a todos, independentemente de sua situação migratória. As cidades têm assumido os seguintes papéis em matéria de vias de migração regular:⁸

PAPEL DAS CIDADES NA PROMOÇÃO DE VIAS DE MIGRAÇÃO REGULAR

Papel das cidades

Características

CIDADES INCUBADORAS	As cidades utilizam de forma proativa as ferramentas e regulamentações disponíveis para conceber e promover soluções inovadoras, como cartões de identificação locais para acesso ao status legal e a serviços, ou certificação de competências para acesso ao emprego formal.
CIDADES IMPLEMENTADORAS	As cidades facilitam o acesso às vias migratórias existentes ao atuarem como parceiras de implementação, ampliando o acesso a serviços como regularização migratória, assistência jurídica e colocação profissional.
CIDADES NO PAPEL DE INCIDÊNCIA	As cidades defendem, perante os governos nacionais ou no âmbito de fóruns regionais e internacionais, a criação ou a ampliação de vias de migração regulares.

● CIDADES INCUBADORAS

As cidades nas Américas têm desempenhado o papel de incubadoras ao desenvolver iniciativas locais que, embora não criem novas vias migratórias como tal, contribuem para a elaboração de canais que respondem às necessidades de sua população. Aproveitando

as margens legais existentes, as cidades têm implementado medidas como documentos de identificação locais, registros municipais, apoio à reunificação familiar e programas de reassentamento de migrantes e refugiados, ampliando, assim, seu papel na governança migratória.

⁸ "Intermediando Soluções: Como Governos Locais e Regionais Moldam Caminhos Regulares de Migração", Mecanismo de Prefeitos do FMMD, fevereiro de 2025. <https://mayorsmigrationcouncil.org/news/brokering-solutions-white-paper/>



ESTUDO DE CASO | CIDADES INCUBADORAS

Registro de Hóspedes da Cidade do México

A Cidade do México criou um documento de identificação local, o Registro de Hóspedes e Migrantes em Retorno (*Padrón de Huéspedes y Migrantes en Retorno*), que permite a identificação, o acesso a serviços e a residência de migrantes, independentemente de seu status migratório. O Registro foi estabelecido na Lei de Interculturalidade, Atenção aos Migrantes e Mobilidade Humana da Cidade do México em 2011, e fornece um comprovante de identidade que inclui dados como nome, foto, nacionalidade e endereço. Além disso, facilita o acesso a serviços e programas sociais oferecidos pelo governo local e reconhece a pessoa como residente da cidade, o que, por sua vez, facilita seu reconhecimento perante as autoridades nacionais. Embora continue em vigor, o Registro apresenta baixos níveis de inscrição; o governo atual está promovendo sua reativação para garantir o acesso a vários serviços, especificamente a empregos.

● CIDADES IMPLEMENTADORAS

A maioria das cidades da região atua como implementadora de vias de migração regular, integrando elementos dessas vias em suas políticas locais e operando dentro dos marcos legais nacionais. Como parte desse trabalho, as cidades têm adaptado espaços para atender e

oferecer serviços aos migrantes, seja por meio de centros específicos ou através dos serviços municipais existentes. Essas ações refletem a capacidade das cidades de atuar em sistemas complexos de governança migratória e em coordenação com outros níveis de governo.



ESTUDO DE CASO | CIDADES IMPLEMENTADORAS

Consolidação de serviços nos CADEs em Bogotá

Bogotá foi uma das cidades pioneiras na implementação de modelos de atendimento integrado, contribuindo para a expansão das vias de migração regular e para a integração socioeconômica dos migrantes. A cidade integrou os serviços especializados dos *Centros Intégrate* em uma rede mais ampla de ofertas da cidade, os Centros de Atendimento Distrital Especializados (*Centros de Atención Distrital Especializados* — CADEs), para facilitar o acesso e promover a coesão social entre os migrantes e a comunidade de acolhida. Essa estratégia permitiu aproveitar a infraestrutura dos CADEs para fortalecer o atendimento à população migrante, oferecendo serviços como registro biométrico, assessoria sobre regularização e acesso a documentos, formação do Serviço Nacional de Aprendizagem (*Servicio Nacional de Aprendizaje* — SENA), empregabilidade, educação, assessoria jurídica e atenção psicossocial. Desde 2022, já atendeu mais de 49.000 pessoas, 23% do total nacional.

● CIDADES NO PAPEL DE INCIDÊNCIA

No seu papel de incidência, as cidades das Américas têm demonstrado liderança local através da coordenação dos seus interesses e da influência que podem exercer a nível nacional e internacional. Além disso, as cidades vêm se articulando por meio de redes de intercâmbio de informações e boas práticas. Embora essas redes

não criem vias migratórias diretamente, elas têm sido fundamentais na diplomacia das cidades, facilitando a colaboração, o diálogo estratégico e a pressão sobre os governos nacionais para implementar ou ampliar as vias de migração regular.⁹



ESTUDO DE CASO |
CIDADES DE INCIDÊNCIA

Rede de cidades estadunidenses solicita um novo tipo de visto para cobrir as carências locais de mão de obra

Em 2024, a Conferência de Prefeitos dos Estados Unidos (United States Conference of Mayors) aprovou uma resolução bipartidária instando os formuladores de políticas federais a adotarem a proposta do Visto Heartland (Heartland Visa), destinada a revitalizar economias locais por meio da imigração de trabalhadores altamente qualificados. O Visto Heartland busca aproveitar os talentos de trabalhadores altamente qualificados para revitalizar regiões afetadas pela desindustrialização, por meio da redistribuição desses profissionais pelo país. Esse visto criaria uma nova via migratória para trabalhadores altamente qualificados, empreendedores e inovadores, além de simplificar o caminho para a obtenção da residência permanente, em troca da disposição dos migrantes de viver em comunidades que enfrentam declínio econômico.

⁹ Thomas Lacroix, *Local Government Studies*, vol. 48, n.º 6 (2021): 1027–1047. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03003930.2021.1938553>

Iniciativas locais para expandir as vias regulares de migração

Por meio da pesquisa realizada, foram identificadas quatro modalidades de programas que as cidades desenvolvem ou poderiam desenvolver para ampliar e melhorar as vias de migração regular: 1) modelos de atendimento integrado; 2) documentos de identificação local e gestão de dados; 3) programas para o desenvolvimento da força de trabalho; e 4) programas de mobilidade laboral entre cidades.

Nesta seção, são apresentadas as oportunidades oferecidas por cada iniciativa, com exemplos

de cidades que tiveram sucesso, além de recomendações para as cidades que desejam avançar nos projetos.

Essas iniciativas, baseadas nas necessidades identificadas pelos atores locais, permitem atrair recursos, melhorar a coordenação institucional, fortalecer os serviços públicos, dinamizar a economia e avançar em direção a modelos urbanos mais sustentáveis e inclusivos. Longe de serem iniciativas isoladas, as oportunidades estão interconectadas.



MODELOS DE ATENDIMENTO INTEGRADO

Cada vez mais cidades da região estão criando centros integrais de atendimento a migrantes, conhecidos como modelos de atendimento integrado ou “one-stop shops”. Esses modelos reúnem em um único espaço serviços essenciais, como acesso a informações importantes, registros, saúde, educação, assistência jurídica,

social e psicológica, status legal ou processos de regularização e vinculação laboral. Por meio de uma estratégia integral e multissetorial, os modelos de atendimento integrado apoiam a integração socioeconômica dos migrantes e das comunidades de acolhida.

SERVIÇOS DOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO

Os principais modelos de atendimento integrado na região oferecem, no mínimo, os seguintes serviços:

ACESSO A DOCUMENTAÇÃO

ACESSO A SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOSSOCIAL

ENCAMINHAMENTO PARA CURSOS DE IDIOMAS

ACESSO A ABRIGOS TEMPORÁRIOS

ORIENTAÇÃO E ACESSO A SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO

SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL E DE MATCHING DE VAGAS

O uso desse modelo reflete a eficácia demonstrada como estratégia integrada para a gestão migratória e a integração da população migrante. Ao centralizar serviços públicos e privados em um único espaço, melhora o acesso a procedimentos, informações e programas sociais, reduz barreiras administrativas, diminui a vulnerabilidade dos migrantes à violência, exploração e abuso, e cria condições adequadas para a integração ou reintegração dos migrantes e promove a equidade. Além disso, contribui para a coordenação entre os diversos departamentos das cidades e com agências do governo nacional, por exemplo, em torno do acesso a processos de regularização.

O formato dos centros varia de acordo com o contexto, as necessidades e as capacidades

locais. Em alguns casos, os modelos de atendimento integrado são integrados em redes mais amplas de serviços, como a rede de Centros de Atendimento Distrital Especializados (CADEs) em Bogotá ou a Casa da Mobilidade Humana (Casa de la Movilidad Humana) em Quito. Essa abordagem reforça a coesão social, promove vínculos com as comunidades de acolhida, e fornece uma ferramenta integral para a integração, baseada no acesso a direitos fundamentais, na não discriminação e na igualdade de oportunidades. Em outros casos, os centros integrais se concentram apenas na assistência à população migrante, atendendo às suas necessidades específicas. Em cidades como São Paulo, os centros contam com unidades móveis que prestam serviços diretos em comunidades mais remotas, reduzindo as lacunas de acessibilidade (ver anexo).



ESTUDO DE CASO | MODELOS DE ATENDIMENTO INTEGRADO

O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes em São Paulo

Uma das cidades pioneiras no estabelecimento de um centro de atendimento integral para migrantes foi São Paulo, Brasil. O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), inaugurado em 2014, oferece, entre outros serviços, orientação sobre regularização, assessoria jurídica, assistência social, bem como encaminhamento para aulas de português em escolas públicas, serviços de intermediação de mão de obra e abrigamento temporário de curta duração. O CRAI também conta com uma unidade móvel que atende comunidades mais remotas uma vez por semana e inspirou a criação de outros CRAIs no Brasil, como no Rio de Janeiro. Com o objetivo de dar continuidade a essa iniciativa e ampliar a oferta de serviços disponíveis, a cidade se comprometeu a abrir um segundo CRAI em sua zona leste, onde se concentra o segundo maior número de migrantes e refugiados. Até o momento, o CRAI já atendeu mais de 15.000 pessoas.



AÇÕES RECOMENDADAS | ONE-STOP SHOP

- **Criar e ampliar modelos de atendimento integrado** em áreas com alta concentração de população migrante, garantindo o acesso equitativo aos serviços. Sugere-se a implementação de centros móveis para cobrir territórios de difícil acesso, ampliando a cobertura territorial e reduzindo possíveis tensões com as comunidades locais.
- **Fortalecer a coordenação com o governo nacional, organismos internacionais, sociedade civil e clínicas jurídicas** em torno dos processos de regularização e obtenção de documentos de identificação e autorizações de trabalho.
- **Expandir os mecanismos de geração de renda dos migrantes**, incluindo por meio de oportunidades de emprego formal e empreendedorismo.
- **Fortalecer os serviços e sistemas de encaminhamento** e coordenação com outros atores que possam apoiar a assistência e acompanhar os casos das pessoas que solicitam atendimento em regularização migratória, documentação, orientação profissional, abrigo, saúde, alimentação, proteção, serviços jurídicos, entre outros.
- **Implementar programas de formação geral e mediação intercultural** para os funcionários dos modelos de atendimento integrado, para que possam compreender melhor os processos e responder a contextos culturais diversos. Isso contribui para reduzir a discriminação e promover a integração dos migrantes.
- **Promover a digitalização dos serviços e estabelecer sistemas interoperáveis** entre instituições locais e outras cidades que permitam registrar casos de forma mais eficiente, compartilhar informações-chave entre os atores e facilitar o acompanhamento dos migrantes ao longo de seu processo de integração ou reintegração, mesmo que se mudem para outra cidade.
- **Implementar mecanismos de avaliação e melhoria contínua** por meio de um sistema de coleta e análise de dados que permita compreender o perfil das pessoas usuárias, suas necessidades de atendimento e os resultados dos serviços prestados. Essas informações devem ser utilizadas para ajustar processos, melhorar a qualidade do atendimento e orientar a tomada de decisões baseada em evidências.



As cidades podem implementar programas de emissão de identidades locais que incluam migrantes, refugiados e repatriados, independentemente de sua situação migratória. Esse tipo de documento não substitui os documentos de identidade nacionais nem concede um status migratório regular fora da cidade, mas pode ser fundamental em contextos em que os migrantes não possuem documentação oficial. Eles permitem reconhecer a pessoa e sua residência efetiva, facilitar o acesso a serviços sociais locais e promover sua participação na vida urbana.

Para os governos locais, essas identificações funcionam como uma ferramenta que fortalece o vínculo entre a população residente e as instituições públicas e melhora o planejamento urbano, gerando dados confiáveis sobre quem realmente habita a cidade. Os registros derivados desses programas podem constituir insumos estratégicos para a melhoria das políticas públicas, promover cidades mais inclusivas e fomentar um sentimento de pertencimento das pessoas à cidade (ver anexo).

Cartões de identificação local

A elaboração e a implementação dos programas de identificação podem variar em função das prioridades políticas, capacidades institucionais e características de cada cidade. Alguns são direcionados especificamente à população migrante e retornada, enquanto outros adotam uma abordagem universal para todos os residentes. Em todos os casos, devem ser acessíveis, inclusivos e promover o reconhecimento institucional como base para a integração local.¹⁰

Para implementar um cartão de identificação local, é necessário definir seu modelo, estabelecer um processo de solicitação simples e garantir a proteção dos dados pessoais de forma segura. Uma vez implementado o sistema, é fundamental avançar em acordos com entidades como centros de saúde, instituições educacionais, programas sociais, serviços de transporte e instituições financeiras, para que reconheçam o cartão como documento válido.¹¹ Além disso, são necessárias campanhas informativas para promover seu uso, prevenir a estigmatização e assegurar sua aplicação consistente em toda a cidade.

Mecanismo de coleta de informações

Os registros administrativos dos programas de identificação local permitem que os governos colem dados detalhados sobre a população migrante (idade, gênero, país de origem, ocupação etc.), complementando as estatísticas oficiais. Essas informações podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas estatísticos locais e nacionais, especialmente em contextos em que os censos oficiais não refletem com precisão a presença de migrantes e retornados.

A análise dos dados também facilita a identificação de áreas com alta concentração de população migrante, ajuda a antecipar necessidades em setores-chave, como saúde, educação e habitação, orienta estratégias para a integração produtiva e possibilita a alocação mais eficiente de recursos. Para isso, é essencial garantir a proteção dos dados pessoais e usá-los exclusivamente para fins de integração e melhoria de políticas.

¹⁰ Documentos Municipais de Identificação Oferecem Lições às Cidades sobre Programas de Assistência Financeira durante a COVID-19”, Tess Johnson e Eric Noggle, Center for Financial Inclusion, julho de 2020. <https://www.centerforfinancialinclusion.org/wp-content/uploads/2024/02/Municipal-IDs-Brief-07-17-2020.pdf>

¹¹ “Construindo Identidade: Um Kit de Ferramentas para Elaborar e Implementar um Programa Municipal de Identificação Bem-Sucedido”, Center for Popular Democracy (CPD), dezembro de 2013. <https://populardemocracy.org/sites/default/files/Municipal-ID-Report-web.pdf>

Cooperação entre cidades para o uso de identificações e dados

A cooperação entre governos locais para coletar, trocar e analisar dados migratórios, especialmente em zonas fronteiriças ou de trânsito, permite gerar informações mais completas, ajuda a identificar padrões e apoia a elaboração de respostas coordenadas. Os sistemas intermunicipais ajudam a compartilhar boas práticas, padronizar critérios e monitorar as trajetórias migratórias sem recorrer a práticas de vigilância ou criminalização.

Uma ação fundamental nesse contexto é a coordenação entre cidades para o reconhecimento mútuo de identificações locais emitidas por outros governos municipais. Isso permite ampliar o alcance desses documentos para além do território em que foram emitidos. Esses tipos de acordos podem facilitar o acesso dos migrantes a serviços e programas em diferentes pontos do território nacional (ou mesmo entre cidades em diferentes países), sem a necessidade de duplicar processos administrativos ou enfrentar barreiras por falta de reconhecimento documental.



ESTUDO DE CASO | DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO LOCAL E GESTÃO DE DADOS

IDNYC em Nova York

O programa IDNYC, lançado em 2015, é uma iniciativa da cidade de Nova York que fornece um cartão de identificação gratuito a todos os residentes, independentemente de sua situação migratória. O cartão funciona como uma ferramenta administrativa que permite o acesso a serviços municipais e privados, como bibliotecas, instituições culturais, centros de saúde e serviços financeiros de bancos parceiros. Ele também serve como prova de identidade perante as autoridades locais. A implementação do programa está a cargo da Administração de Recursos Humanos, em coordenação com o Gabinete do Prefeito para Assuntos de Imigrantes, e também contempla proteções legais em matéria de privacidade e proteção de dados.



AÇÕES RECOMENDADAS | DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO LOCAL E GESTÃO DE DADOS

- **Ativar ou reativar a emissão de documentos** de identificação a nível local que reconheçam a residência de migrantes e retornados na cidade e facilitem seu acesso a diferentes serviços a nível local.
- **Integrar os documentos locais no ecossistema digital e de serviços da cidade** para eliminar as barreiras administrativas ao acesso aos serviços.
- **Estabelecer parcerias com instituições financeiras** para que as identificações locais sejam aceitas como documentos válidos para ter acesso a serviços financeiros.
- **Coordenar com outros governos locais** para o reconhecimento mútuo desses documentos em outras entidades territoriais fora do local de emissão.
- **Desenvolver protocolos de confidencialidade e proteção de dados** para proteger as informações pessoais dos migrantes portadores de identificações locais. Isso inclui políticas sobre uso, armazenamento e acesso; medidas para prevenir violações de segurança; e firewalls institucionais que garantam que tais dados não sejam utilizados para fins de controle migratório.
- **Defender junto aos governos nacionais a criação de sistemas nacionais de informação sobre migração que se articulem com os governos locais.** Isso melhoraria a compatibilidade internacional dos dados ao aplicar definições estatísticas comuns e documentar padrões, tendências e fatores que influenciam a migração e o retorno.



PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

As cidades desempenham um papel fundamental em conectar migrantes com oportunidades de emprego, contribuindo para atender às necessidades dos mercados de trabalho locais e promover a integração socioeconômica das populações migrantes e fortalecer a coesão social. Apesar dos esforços dos governos locais, múltiplas barreiras continuam a dificultar o acesso dos migrantes a oportunidades de emprego, a meios de subsistência e à inclusão econômica,

aumentando a probabilidade de deslocamentos voluntários ou forçados subsequentes. A colaboração entre governos locais e o setor privado pode fortalecer a correspondência entre oferta e demanda de mão de obra, facilitando o acesso a meios de subsistência, serviços financeiros e oportunidades de inclusão nas cadeias de valor. Isso, por sua vez, pode gerar benefícios econômicos e fiscais para as cidades (ver anexo).



Formação e certificação de competências profissionais e reconhecimento de qualificações estrangeiras

A formação e certificação de competências profissionais visa melhorar a empregabilidade de migrantes e retornados por meio de programas técnicos e profissionais adaptados ao mercado de trabalho local. Esses programas podem incluir capacitação prévia à autorização de trabalho e certificação de habilidades adquiridas anteriormente ou no país de acolhida. A emissão de certificações reconhecidas pelos empregadores facilita o acesso ao emprego formal e promove a inclusão em setores-chave da economia, alinhando os talentos dos migrantes às necessidades produtivas das cidades. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de qualificações estrangeiras e habilidades adquiridas permite que as pessoas exerçam suas profissões, se insiram no mercado de trabalho ou deem continuidade à sua formação em outro país.

Serviços de colocação profissional e de emprego local

As cidades também podem fortalecer os serviços municipais de emprego para facilitar a colocação de migrantes e retornados que já residem na cidade às vagas disponíveis no mercado de trabalho local. Por meio de mecanismos de intermediação laboral, como plataformas digitais de trabalho, feiras de emprego e orientação sociolaboral, as cidades podem apoiar a colocação de migrantes e retornados a oportunidades de emprego formal.



← Cidade do México, México. Beneficiária do Fundo Global de Cidades para Migrantes e Refugiados e membro da Coalizão de Prefeitos das Américas sobre Migração. Crédito: Governo da Cidade do México.

Participação das empresas nos processos de inserção laboral

A participação ativa do setor privado nos processos de inserção laboral de migrantes vai além da sensibilização. Esse componente busca o envolvimento direto das empresas por meio da criação de rotas de emprego, do financiamento de processos de regularização ou formação, e do desenvolvimento de políticas internas de contratação inclusiva. Os investimentos dos setores público e privado devem estar alinhados às necessidades do mercado de trabalho, aos perfis ocupacionais e às rotas de formação e certificação, voltadas tanto a migrantes já residentes na cidade quanto àqueles que buscam deslocar-se por vias de migração regular.

Licenças para operação de negócios e apoio a empreendimentos

Os governos locais podem facilitar o registro legal de pequenos negócios para migrantes, promovendo sua estabilidade econômica e o acesso a serviços municipais, redes comerciais, financiamento, capacitação e espaços de trabalho. O reconhecimento legal de empresas ou empreendimentos de migrantes pode tornar-se uma ferramenta estratégica para facilitar os processos de regularização, ao permitir documentar a trajetória econômica das pessoas, gerar evidências de vínculo com o território e demonstrar sua contribuição para a comunidade. Diante da falta de autorizações de trabalho, alguns migrantes têm criado empresas do tipo LLC (Limited Liability Company, ou Sociedade de Responsabilidade Limitada, em português) para atuarem como proprietários e trabalhadores, especialmente em setores como tecnologia, gastronomia e e-commerce (comércio eletrônico).¹²

¹² Escolhendo uma estrutura de negócio”, Immigrants Rising.
https://immigrantsrising.org/wp-content/uploads/Immigrants-Rising_Choosing-a-Business-Structure-Guide.pdf



Modelo de apoio à regularização e inserção laboral em Nuevo León

O estado de Nuevo León, no México, desenvolveu um modelo de gestão migratória focado na regularização de migrantes e na inserção laboral, que inclui financiamento estatal, apoio internacional, organizações sociais, clínicas jurídicas e o setor empresarial. O modelo aproveita a estrutura oferecida pelo Registro Nacional de Estrangeiros para regularizar pessoas com documentos vencidos antes de 2023 ou que tenham realizado atividades não autorizadas, desde que tenham uma oferta de emprego e dinheiro para cobrir os custos de emissão dos documentos. O modelo inclui: 1) atendimento em um Centro de Informação; 2) avaliação de vulnerabilidade; 3) encaminhamento de casos para organizações da sociedade civil e clínicas jurídicas para garantir acompanhamento legal; 4) financiamento sustentável por meio de um fundo fiduciário estatal, com aportes do estado e de organismos internacionais; e 5) articulação com o setor privado para facilitar o acesso a oportunidades de emprego formal. Essa prática demonstra que, embora a política migratória seja de competência do governo federal, as cidades e os estados podem habilitar vias regulares de migração dentro do marco legal vigente.



AÇÕES RECOMENDADAS | PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

- **Revisar e analisar estratégias de emprego a nível local** para que incluam migrantes e retornados, garantindo sua compatibilidade com os mecanismos de integração existentes. Isso implica incorporar diretrizes específicas nos planos e programas existentes, bem como promover parcerias com empresas, câmaras de comércio e sindicatos que facilitem a implementação de ações concretas para sua inserção laboral.
- **Desenvolver estudos sobre o mercado de trabalho** que permitam identificar as necessidades das cidades por setores econômicos e vagas de emprego, bem como as habilidades que serão necessárias a curto, médio e longo prazo.
- **Fortalecer os mecanismos de coordenação entre governos locais e o setor privado** com o objetivo de identificar demandas do mercado de trabalho, facilitar e financiar processos de inserção laboral de migrantes e retornados. Essa coordenação também pode incluir a participação do setor privado no financiamento e na co-elaboração de programas de formação para o emprego destinados a migrantes e retornados.
- **Abordar a escassez de mão de obra por meio da regularização de migrantes**, do fortalecimento dos sistemas de registro e vinculação laboral, e do reconhecimento das qualificações estrangeiras.
- **Incorporar os Serviços Públicos de Emprego às estratégias de vinculação laboral**, o que inclui aprimorar a intermediação laboral, oferecer orientação ocupacional e coordenar com outros atores do ecossistema para facilitar o “matching” eficaz entre oferta e demanda.
- **Melhorar a inclusão financeira por meio do maior acesso aos serviços bancários e financeiros digitais**, mediante o fortalecimento dos marcos normativos nacionais relacionados ao reconhecimento da documentação migratória para abertura de contas bancárias e acesso a serviços financeiros, bem como a disseminação dessas diretrizes a nível subnacional para garantir sua aplicabilidade. Da mesma forma, fortalecer a interoperabilidade dos sistemas de verificação de identidade entre as autoridades migratórias e os bancos.
- **Desenvolver estratégias de incidência para promover a criação, ampliação e fortalecimento de vias de migração regular**, a partir de uma abordagem orientada pela demanda laboral, que facilite o acesso a autorizações de trabalho e o reconhecimento de documentos estrangeiros, assim como a redução de restrições (cotas) para a contratação de estrangeiros.



PROGRAMAS DE MOBILIDADE LABORAL ENTRE CIDADES

Os programas de mobilidade laboral, ou vias laborais entre cidades, são vias seguras e reguladas que permitem a realocação de trabalhadores para outras localidades, a fim de ocuparem vagas de emprego. Esses programas podem ser tanto de mobilidade interna (dentro do mesmo país) quanto de mobilidade internacional (entre países). Quando elaborados com base nas necessidades do mercado de trabalho e com fortes salvaguardas de proteção, os programas de mobilidade laboral geram benefícios para migrantes, empregadores e países de acolhida. Para os migrantes, esses programas promovem autossuficiência, estabilidade econômica e integração social, ao oferecer oportunidades de emprego legal. Para os empregadores, proporcionam o acesso a mão de obra qualificada e a diversificação das equipes. Além disso, esses programas impulsionam o desenvolvimento econômico, fortalecem a coesão social e contribuem para comunidades mais inclusivas.

Dentro de um mesmo país, as cidades podem estabelecer uma coordenação entre oferta e demanda de trabalho para promover a realocação voluntária de migrantes das cidades

fronteiriças, por exemplo, para cidades com alta demanda de mão de obra. Isso contribui para a integração da população migrante e para o desenvolvimento das cidades de acolhida, em consonância com suas capacidades e com as necessidades de seus mercados de trabalho.

Experiências como o programa de trabalho temporário entre Cúcuta e Bogotá para o cultivo de flores, o Programa de Integração Local (PIL) do ACNUR e a realocação de indivíduos da fronteira sul do México, e o processo de interiorização no Brasil para mais de 1.000 cidades, oferecem algumas diretrizes para o desenvolvimento desses programas (ver anexo).

Uma nova oportunidade seria desenvolver programas-piloto de mobilidade laboral entre cidades da América Latina pertencentes a blocos de integração regional, como o MERCOSUL,¹³ a Comunidade Andina (CAN)¹⁴ ou a Aliança do Pacífico.¹⁵ Essas cidades, por estarem inseridas em estruturas supranacionais que reconhecem direitos de residência, circulação, reconhecimento de certificações e emprego entre países membros, podem explorar vias já existentes para impulsionar ações locais de mobilidade laboral.



Ciudad Juárez, México. Membro da Coalizão de Prefeitos das Américas sobre Migração.
Crédito: Samer Saliba

¹³ Os Estados-membros do MERCOSUL são Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela. Os Estados associados ou observadores são Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname.

¹⁴ Os Estados que compõem a CAN são Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

¹⁵ A Aliança do Pacífico é um mecanismo de coordenação entre Chile, Colômbia, México e Peru.

OPORTUNIDADES PARA AS CIDADES NOS REGIMES REGIONAIS DE MOBILIDADE LABORAL

Acordo

Oportunidades para as cidades

MERCOSUL



As cidades dispõem de condições para facilitar o acesso ao regime de livre mobilidade que, desde 2002, permite aos cidadãos dos Estados-membros obter residência temporária por até dois anos, sem a necessidade de informar motivos, apenas sua nacionalidade. Esse mecanismo constitui uma via efetiva de regularização, que garante o acesso ao emprego, à educação e aos serviços de saúde, e que pode ser promovido e acompanhado a partir do nível local. Da mesma forma, é possível explorar sua aplicação nas cidades de países associados que aderiram ao Acordo de Residência, como Peru, Equador, Colômbia e Chile.¹⁷

COMUNIDADE ANDINA



As cidades podem promover o uso do Estatuto Migratório Andino, vigente desde 2021, que permite aos cidadãos da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru estabelecer-se e buscar emprego em qualquer um dos outros países por um período de até dois anos. Após esse período, os indivíduos podem solicitar residência permanente, desde que apresentem o pedido à autoridade competente nos noventa dias anteriores ao vencimento da residência temporária.¹⁸

ALIANÇA DO PACÍFICO



As cidades podem explorar o uso do Programa de Férias e Trabalho como uma via complementar de migração regular para jovens entre 18 e 30 anos. Esse programa permite a realização de atividades remuneradas durante um ano e pode servir como uma ponte para outras formas de regularização mais permanentes.¹⁹

Existe um programa-piloto para o reconhecimento e homologação de competências profissionais entre países membros. As cidades podem coordenar-se com as instituições responsáveis em cada país para facilitar o acesso dos migrantes a esses mecanismos, o que pode melhorar suas oportunidades de emprego e, eventualmente, seu acesso a vistos de trabalho.²⁰

¹⁶ "Construindo Vias Regulares para Abordar as Pressões Migratórias no Hemisfério Ocidental", María Jesus Mora et al., OIM & MPI, junho de 2024.

https://www.migrationpolicy.org/sites/default/files/publications/mpi-oim_vias-regulares-americas-2024_final.pdf; "Circulação de Pessoas", MERCOSUL.

<https://www.mercosur.int/estatuto-de-la-ciudadania/circulacion-de-personas>; "Acordos Emanados da XII Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile", MERCOSUL, 2002. <https://normas.mercosur.int/public/normativas/1001>. Ver exemplo: "Visto M Migrante Mercosul," Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.

¹⁷ "Avaliação do Acordo de Residência do MERCOSUL e sua Incidência no Acesso aos Direitos dos Migrantes." OIM, Cadernos Migratórios nº 9, 2008. https://lac.iom.int/sites/g/files/tmzbd1626/files/documents/Cuaderno_9-Evaluacion_del_Acuerdo_de_Residencia_del_MERCOSUR.pdf

¹⁸ "Construindo Vias Regulares para Abordar as Pressões Migratórias no Hemisfério Ocidental", María Jesus Mora et al., OIM & MPI, junho de 2024; "Aprovação do Estatuto Migratório Andino que estabelece Residência Temporária e Permanente nos países da CAN", Comunidade Andina, maio de 2021. <https://www.comunidadandina.org/notas-de-prensa/aprueban-estatuto-migratorio-andino-que-establece-residencia-temporal-y-permanente-en-paises-de-la-can/>

¹⁹ "Acordo Interinstitucional da Aliança do Pacífico para um Programa de Férias e Trabalho", Aliança do Pacífico, 2014. <https://alianzapacifico.net/en/download/acuerdo-interinstitucional-de-la-alianza-del-pacifico-para-un-programa-de-vacaciones-y-trabajo>

²⁰ "A Aliança do Pacífico lança um sistema de reconhecimento e validação de competências laborais", EUROSOCIAL, 2022. <https://eurosocial.eu/actualidad/los-paises-de-la-alianza-del-pacifico-ponen-en-marcha-el-sistema-de-reconocimiento-y-homologacion-de-competencias-laborales-con-apoyo-del-programa-eurosocial/#:~:text=En%20el%20año%202019%2C%20en.una%20hoja%20de%20ruta%20que;Alianza%20de%20Paises%20de%20la%20Alianza%20del%20Pacífico>; "Aliança do Pacífico", CONOCER. <https://conocer.gob.mx/alianza-del-pacifico/#:~:text=El%20CONOCER%2C%20en%20el%20marco,de%20la%20Alianza%20del%20Pacífico>

Inserção laboral e estratégias de interiorização

No contexto da migração, inserção laboral refere-se ao processo de conectar eficientemente trabalhadores e empregadores. Trata-se de um mecanismo que permite assegurar um alinhamento eficaz entre as necessidades do mercado de trabalho local e os perfis, competências e necessidades dos migrantes. Em alguns casos, a inserção laboral inclui estratégias de realocação interna que possibilitam o deslocamento voluntário e sem custo de migrantes de cidades fronteiriças para outras com maior capacidade de acolhida e oferta de trabalho, contribuindo, assim, à redução da pressão nas zonas de fronteira ou cidades fronteiriças.²¹

As estratégias de reassentamento voluntário ou interiorização implicam a coordenação entre os governos nacionais e outros atores-chave, incluindo governos locais, organismos internacionais, agências de cooperação, o setor privado e organizações da sociedade civil.²² Nesse contexto, as cidades podem liderar, propor e implementar suas próprias estratégias de interiorização, aproveitando suas capacidades locais, por exemplo, por meio do desenvolvimento e da operação de mecanismos de inserção laboral (como o chamado “*matching* laboral”), e da formulação de políticas locais de recepção e integração que incluam serviços de inserção e intermediação laboral, recrutamento de vagas de emprego e assistência jurídica para a regularização migratória, entre outros.

Reconhecimento e validação de competências

Este componente promove o estabelecimento de acordos e protocolos para validar certificados, conhecimentos e habilidades adquiridos por migrantes em seus países de origem. A implementação de mecanismos padronizados de validação, em coordenação com instituições nacionais, câmaras de comércio e o setor privado, contribui para reduzir o desemprego e a sobrequalificação, e melhora o alinhamento entre oferta e demanda de trabalho.²³ Além disso, possibilita o desenvolvimento de projetos-piloto entre cidades que compartilham setores econômicos estratégicos, facilitando o reconhecimento de diplomas acadêmicos, certificações profissionais e experiências educacionais ou de formação, além de avançar na criação de um sistema de reconhecimento de competências que apoie a mobilidade laboral regular.

Capacitação e apoio à inserção laboral

Os sistemas de orientação e acompanhamento profissional oferecem formação e assessoria personalizada para aumentar as chances de inserção dos migrantes no mercado de trabalho formal. Por meio desses sistemas, os migrantes têm acesso a informações, ferramentas e apoio prático para conduzir processos de busca de emprego, conhecer seus direitos trabalhistas, cumprir requisitos legais, obter documentação e preparar-se para entrevistas ou processos de contratação. Esse componente concentra-se em apoiar os migrantes interessados em se realocar para cidades com maior demanda laboral (ver anexo).

²¹ “Relatório final de implementação do Plano de Ação do Brasil 2014—2024”, ACNUR, 2023. <https://www.acnur.org/sites/default/files/2023-12/Informe-final-de-implementacion-del-Plan-de-Accion-de-Brasil-2014-2024.pdf>; “Estudo sobre a interiorização na modalidade institucional”, ACNUR e Aldeias Infantis SOS Brasil, 2020. <https://www.acnur.org/br/media/interiorizacao-de-venezuelanos-na-modalidade-institucional-liceos-aprendidas-desafios-e>

²² “Interiorização: Uma estratégia para apoiar a integração socioeconômica de refugiados e migrantes na Venezuela”, Plataforma R4V e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Governo Federal do Brasil, 2023; Entrevista com representantes da OIM Brasil, 19 de fevereiro de 2025. <https://www.r4v.info/pt/document/interiorizacao-uma-estrategia-de-apoio-integracao-socioeconomica>

²³ “A formação profissional e a certificação de competências laborais como ferramentas para alcançar uma migração laboral segura, ordenada e regular, bem como uma integração socioeconômica sustentável”, OIT, 2024. https://www.oitinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/Nota%20tecnica_migracion%20y%20CCCL.pdf



Programa de mobilidade laboral na Colômbia

Entre 2017 e 2022, Cúcuta e Bogotá desenvolveram um programa de migração laboral temporária que conectou migrantes e retornados em Cúcuta com empregos no setor de floricultura de Bogotá, por um período de três meses. A iniciativa contou com o apoio do ACNUR, que facilitou unidades habitacionais para o alojamento dos trabalhadores migrantes. Também foi articulada a cooperação entre governos locais, autoridades centrais, o Ministério do Trabalho da Colômbia e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA). Graças a essa coordenação e ao envolvimento do setor privado, o programa aliviou a pressão sobre o mercado de trabalho em Cúcuta, supriu a demanda por mão de obra em Bogotá e facilitou o acesso ao emprego formal para migrantes e retornados.

Bogotá. Crédito: MMC



AÇÕES RECOMENDADAS | PROGRAMAS DE MOBILIDADE LABORAL ENTRE CIDADES

- **Mapear as necessidades locais e capacidade de recepção**, avaliando a capacidade da cidade para receber migrantes e retornados. Esse diagnóstico deve avaliar sua infraestrutura institucional, dinâmica populacional e demanda laboral, identificando setores com alta necessidade de mão de obra, como agroindústria, construção, comércio e cuidados, especialmente diante de mudanças como o envelhecimento populacional.
- **Aproveitar os mecanismos de realocação voluntária** que atendam tanto às necessidades socioeconômicas dos migrantes quanto aos desafios demográficos e laborais locais. Estratégias como a interiorização no Brasil, que conecta migrantes a oportunidades de emprego em outras regiões, podem ser replicadas se os governos locais participarem ativamente da coordenação e facilitação da realocação de pessoas para cidades com melhores oportunidades de emprego.
- **Estabelecer parcerias para o reconhecimento mútuo de competências, por meio de estruturas regionais supranacionais ou acordos bilaterais**. Essas estruturas viabilizam formas de mobilidade laboral entre dois países (acordos bilaterais) ou permitem uma livre circulação mais ampla (MERCOSUL e CAN), aumentando a probabilidade de um país reconhecer certificações emitidas por outro, facilitando, assim, a integração laboral.

Estratégias de financiamento para a ação municipal

“Se a migração não entra no orçamento local, não entra nas políticas públicas. Muitas cidades não têm um orçamento destinado à migração, mas têm um orçamento para a inclusão social, o emprego ou o desenvolvimento urbano. É preciso saber conectar os temas para encontrar financiamento.”

Ana Aguilera, Banco Mundial

O acesso a financiamento é um dos principais desafios enfrentados pelas cidades para implementar e sustentar iniciativas de integração e vias de migração regular. Diante desse desafio, existem mecanismos financeiros inovadores que permitem mobilizar recursos em benefício das cidades. Alguns desses modelos combinam a concessão de empréstimos ou recursos não reembolsáveis com resultados vinculados à sua implementação. Essas estratégias de financiamento têm como objetivo gerar retornos financeiros, ao mesmo tempo em que promovem impactos sociais e ambientais positivos. Entre esses mecanismos estão os fundos municipais, fundos de investimento de impacto, fundos de

garantia, pagamentos baseados em resultados, emissão de títulos sociais e conversões de dívida.

Os **fundos municipais** são destinados ao apoio a migrantes, às comunidades de acolhida e para abordar as necessidades específicas que surgem em decorrência da migração nas comunidades. Esses fundos podem vir de diversas fontes, incluindo subsídios federais, fundos estaduais, doações privadas e recursos locais.



Fundo Municipal de Acolhimento a Refugiados e Imigrantes em Esteio

Em 2020, por meio de uma Lei Municipal, a cidade de Esteio (Brasil) criou o Fundo Municipal de Acolhimento a Refugiados e Imigrantes, com o objetivo de financiar, transferir e aplicar recursos vinculados à sua Política Municipal de Acolhimento. O fundo é alimentado por diversas fontes, incluindo pessoas físicas, entidades, o município, o estado, o governo federal e organismos internacionais. Esse mecanismo tem sido fundamental para garantir a sustentabilidade do Programa de Interiorização da Operação Acolhida em Esteio. O Fundo já apoiou mais de 1.000 pessoas, contribuindo para a sua permanência na cidade e promovendo sua autonomia econômica. Paralelamente, o governo local realizou um diagnóstico das necessidades sociodemográficas tanto do município quanto da população recém-chegada. Em 2022, o prefeito de Esteio destacou que, após seis meses de trabalho, os migrantes haviam sido incluídos nos sistemas de saúde, educação e assistência social, e que todos já estavam inseridos no mercado de trabalho.

Os fundos de investimento de impacto são mecanismos financeiros voltados a manter níveis estáveis de renda e poupança diante das flutuações econômicas. Esses fundos buscam reduzir a volatilidade no financiamento de programas locais, garantindo uma fonte de recursos estável e sustentável ao longo do tempo para apoiar projetos de mobilidade humana. Além disso, o investimento em fundos de impacto apresenta menor risco para os investidores, uma vez que os ativos são alocados em uma carteira diversificada.

Os **fundos de garantia** oferecem um compromisso financeiro que cobre o pagamento em caso de perda, reduzindo o risco para os credores e facilitando o acesso ao crédito para setores com capacidade limitada de garantia. Nesse sentido, o CAF — Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, em colaboração com a Comissão Global para o Financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, está elaborando um fundo de garantia para ampliar o acesso das cidades ao financiamento. Como esse tipo de mecanismo representa uma inovação ainda pouco aplicada a nível local, sua implementação inicial está prevista por meio de projetos-piloto, com o objetivo de avaliar sua viabilidade e potencial de escalabilidade.

Os **pagamentos baseados em resultados** vinculam os desembolsos de recursos (ou, em alguns casos, a quitação de dívidas) ao cumprimento de resultados específicos em

projetos. Sua lógica de remuneração, fortemente associada à definição de indicadores-chave de desempenho (KPI), torna essa abordagem centrada no alcance de objetivos duradouros e na promoção do uso eficiente dos recursos financeiros. Por isso, é considerada uma das opções mais promissoras, pois obriga os implementadores a buscar soluções inovadoras e sustentáveis ao longo do tempo. Os modelos que incorporam pagamentos baseados em resultados frequentemente se apoiam em estudos de retorno sobre investimento (ROI), que consideram a renda obtida, os aportes fiscais e a redução mensurável das intenções migratórias em função da melhoria na geração de renda.

Os **títulos sociais** são instrumentos financeiros utilizados para financiar projetos com impacto social. Diferentemente de outros modelos, a emissão de títulos não está diretamente vinculada ao sucesso do projeto ou ao cumprimento de objetivos específicos, de modo que os investidores assumem os riscos de crédito. De forma semelhante, as **conversões de dívida** são transações financeiras em que uma parte da dívida externa de um país em desenvolvimento é perdoada em troca de investimentos locais em iniciativas sociais ou de conservação ambiental.²⁴ Com base no funcionamento desses instrumentos, é possível explorar mecanismos semelhantes no contexto da migração, como a emissão de títulos sociais ou a implementação de conversões de dívidas voltadas ao financiamento de programas de atenção, integração e proteção de migrantes.

²⁴ “Financiamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe: Desafios para a Mobilização de Recursos”, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2017. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/8ac15cfa-118b-4b77-a375-0a3554f737ad/content>



O Fundo Global de Cidades para Migrantes e Refugiados

O Mayors Migration Council (MMC) criou [O Fundo Global de Cidades para Migrantes e Refugiados](#) (Global Cities Fund for Migrants and Refugees - GCF) com o objetivo de abordar as barreiras sistêmicas que impedem o financiamento e a alocação de recursos onde eles são mais necessários. O GCF canaliza recursos financeiros e técnicos diretamente para os governos municipais, que muitas vezes são ignorados pelos doadores tradicionais, para que os prefeitos possam atender às necessidades urgentes e, ao mesmo tempo, defender a necessidade de um investimento sustentável e uma mudança duradoura.

Desde o seu lançamento em 2021, o fundo mobilizou US\$ 28 milhões, superando sua meta de atingir US\$ 25 milhões até 2025, e ajudou 26 cidades a melhorar a vida de mais de 100.000 pessoas. Vale ressaltar que 92% das cidades beneficiárias aproveitaram esse financiamento inicial para obter mais recursos e continuar, ampliar ou replicar seus projetos, triplicando o investimento inicial do MMC e ampliando programas fundamentais.

O GCF fez investimentos importantes em projetos liderados por cidades das Américas, em Bogotá, Quito, Cidade do México e outras. O GCF é uma ferramenta de eficácia comprovada para apoiar projetos liderados por cidades sobre vias migratórias para garantir a dignidade, mesmo em casos de retorno, como em Guayaquil, no Equador.

Guayaquil, a segunda cidade do Equador com maior população de migrantes e refugiados venezuelanos, utilizou o GCF para lançar o *Centro Municipal Ciudadanos Integrados*, o primeiro centro municipal de inclusão da cidade. Estrategicamente localizado em um dos centros de trânsito mais movimentados de Guayaquil, o centro oferece assistência jurídica, apoio psicológico e vias de inclusão para migrantes, refugiados e retornados equatorianos. Prestou apoio a quase 4.000 pessoas, com mais de 8.000 serviços diretos e 600 encaminhamentos. O centro rapidamente se mostrou essencial, mesmo após o término do prazo da subvenção. Por exemplo, quando 300 retornados equatorianos chegaram a Guayaquil vindos dos Estados Unidos, a cidade rapidamente mobilizou o centro para lhes fornecer assistência médica, assistência jurídica, alojamento e apoio para reencontrar suas famílias em todo o país. Reconhecendo seu impacto, Guayaquil comprometeu-se a manter o centro com recursos provenientes da receita municipal, contando também com o apoio de doadores filantrópicos e instituições internacionais.

Recomendações e conclusões

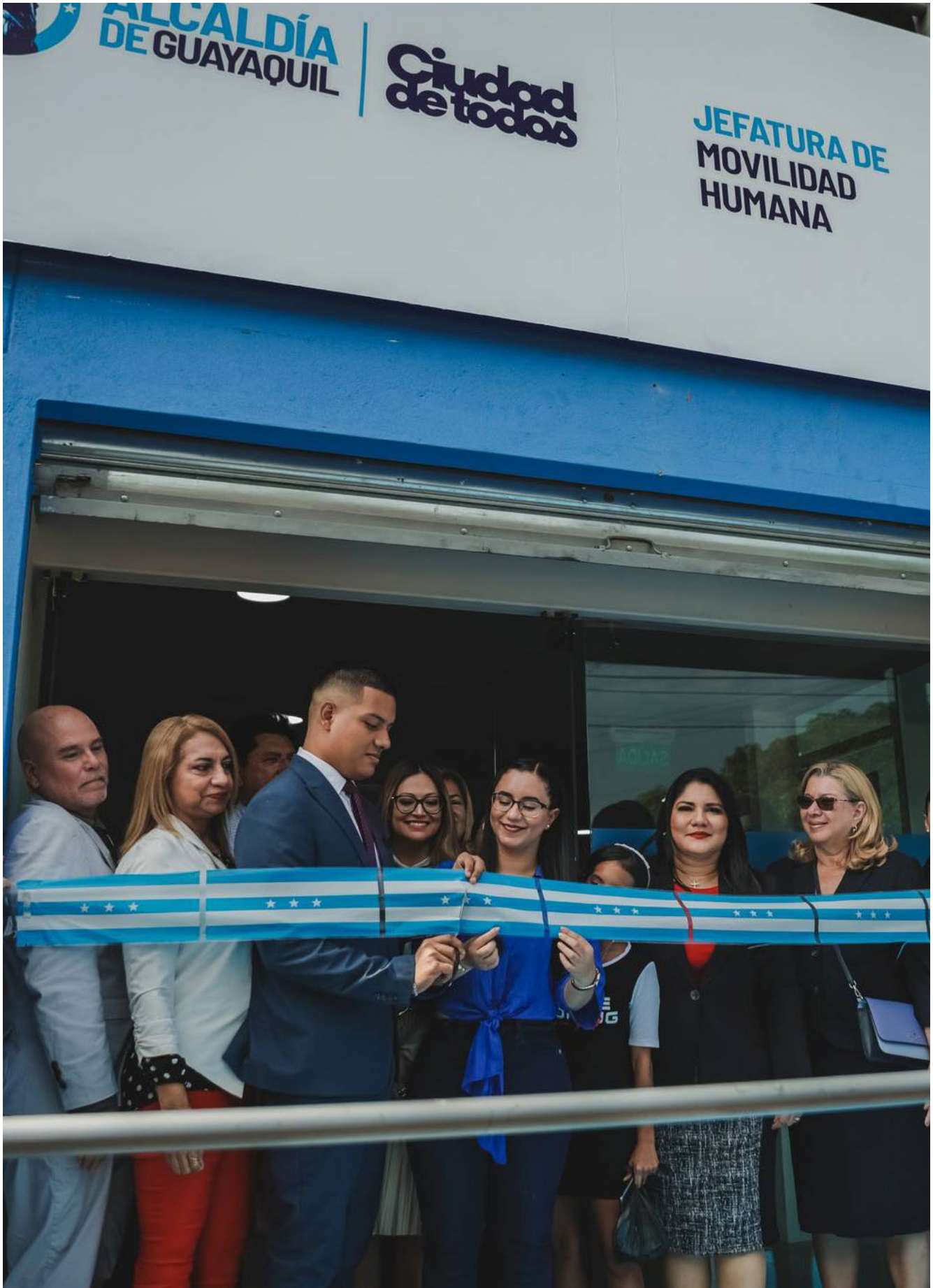
As cidades estão na vanguarda da resposta à migração. Nas Américas, elas têm respondido a novas e complexas dinâmicas migratórias por meio de seu papel como incubadoras, implementadoras e agentes de incidência, promovendo o fortalecimento institucional, a criação de parcerias estratégicas e a inovação na gestão migratória. Da mesma forma, as cidades têm facilitado e ampliado o acesso a vias de migração regular para os migrantes por meio de diversas iniciativas, contribuindo, assim, para sua integração a longo prazo.

No papel de **incubadoras**, as cidades têm utilizado criativamente seus marcos normativos para desenvolver iniciativas que, embora não concedam um status migratório formal a nível nacional, contribuem para a criação de novas vias, além de garantir o acesso a direitos e favorecer a integração socioeconômica dos migrantes.

Como **implementadores**, os governos locais têm adaptado ou criado espaços para atender aos migrantes, incluindo centros de serviços de atendimento único, assistência jurídica e programas de capacitação profissional. Essas iniciativas não apenas garantem o acesso a serviços essenciais, mas também ajudam a conectar os migrantes às vias regulares existentes. Além dos processos de regularização, esses espaços têm sido fundamentais para vincular os migrantes a outras vias de migração regular, como os programas de migração laboral.

Por meio de seu papel de **incidência**, as cidades têm buscado fortalecer sua influência sobre os governos nacionais, de modo a ampliar sua margem de ação na gestão da migração. Ao mesmo tempo, elas têm demonstrado uma firme vontade política para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que a migração oferece para o crescimento local e o desenvolvimento territorial.

As propostas de projetos apresentadas neste relatório buscam reforçar e ampliar o papel das cidades na elaboração, implementação e expansão de vias de migração regular. Algumas das recomendações voltadas às cidades e aos atores locais incluem:



Guayaquil, Ecuador. Beneficiária do Fundo Global de Cidades para Migrantes e Refugiados
Crédito: Prefeitura de Guayaquil

Recomendações e conclusões

- **Fortalecer o papel de incidência para continuar inovando:** As cidades devem aprofundar a coordenação e a capacidade de incidência com os governos nacionais, e exercer influência para criar e expandir as vias de migração regular. Uma forma de alcançar isso é estabelecendo marcos ou mecanismos formais de cooperação para a gestão migratória e redes de colaboração com outras cidades. No âmbito de suas competências, os governos locais podem promover diálogos com governos nacionais, espaços multilaterais e com outros atores, para que as normas e políticas migratórias respondam melhor às suas realidades, necessidades e capacidades.
- **Promover a cooperação entre cidades das Américas, especificamente os programas que promovam vias de migração regular:** As cidades podem elaborar marcos de cooperação que respondam às lacunas existentes nas políticas migratórias nacionais e regionais. No âmbito de parcerias sustentáveis entre cidades, é possível compartilhar conhecimentos, dados e boas práticas, além de promover a diplomacia urbana com base no princípio da responsabilidade compartilhada. As cidades das Américas também podem promover iniciativas conjuntas e acordos operacionais que fortaleçam as vias de migração regular (por exemplo, programas de capacitação e emprego entre cidades), especialmente aquelas que integram blocos supranacionais como o MERCOSUL, a Comunidade Andina ou a Aliança do Pacífico.
- **Fomentar a coesão social e reduzir a discriminação:** As cidades devem desempenhar um papel fundamental na construção de uma narrativa mais bem informada sobre a migração, incubando soluções e gerando evidências. Além disso, devem garantir a inclusão das comunidades de acolhida em toda a programação e no financiamento, e promover campanhas e programas regionais voltados à prevenção da discriminação e da xenofobia nas comunidades de acolhida.
- **Explorar mecanismos de financiamento inovadores:** As cidades devem elaborar novas alternativas de financiamento, incluindo a criação de fundos municipais, fundos de garantia, fundos de estabilização, conversões de dívida e financiamento direto do setor privado.
- **Fomentar a participação do setor privado na gestão migratória:** As cidades devem incentivar a participação do setor privado na elaboração e implementação de políticas migratórias, especialmente em temas de integração laboral. O setor privado pode contribuir identificando demandas de trabalho e oportunidades para migrantes, fortalecendo o relacionamento com os governos locais, além de facilitar vias regulares de migração e certificação de competências. Da mesma forma, o setor privado pode contribuir com financiamento direto para processos de regularização, validação de certificações, programas de capacitação, entre outros.

- **Avançar em direção a políticas baseadas em evidências:** Dada sua proximidade com as realidades locais, as cidades estão bem posicionadas para coletar e analisar informações sobre os migrantes e as necessidades locais, o que permite identificar oportunidades e elaborar respostas mais eficazes. As cidades podem desenvolver ferramentas para a coleta de dados, incluindo censos, pesquisas, registros populacionais, fontes administrativas, bem como sistemas interoperáveis para sua análise. O uso coordenado dessas fontes fortalece a tomada de decisões, otimiza a alocação de recursos e facilita o monitoramento do impacto das políticas implementadas.
- **Fortalecer a governança migratória:** As cidades devem fortalecer as estruturas institucionais para desenvolver políticas migratórias e apoiar as pessoas migrantes. Isso inclui a criação de departamentos ou pontos focais dedicados à assistência a migrantes, a implementação de políticas de inclusão urbana e o fomento da coordenação local entre órgãos. Além disso, as cidades podem promulgar leis municipais ou adotar políticas integradas para fortalecer a institucionalidade, bem como promover programas de capacitação voltados a funcionários do governo local para contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas, programas de integração local e projetos de inclusão.
- **Instalar capacidades locais e transversais:** As cidades devem fortalecer suas equipes, incluindo equipes técnicas, e incorporar a abordagem migratória de forma transversal nas diferentes áreas da gestão municipal. Isso permite institucionalizar o tema dentro do governo local e evita que ele seja tratado como um tema isolado ou temporário.
- **Implementar uma visão integral e de longo prazo:** As cidades devem elaborar e implementar políticas públicas com uma abordagem integral, considerando as necessidades específicas do território e as particularidades das comunidades migrantes. Elas podem incorporar a gestão migratória aos planos de desenvolvimento local, promovendo uma visão estratégica que vá além da resposta imediata, antecipe dinâmicas futuras e construa políticas públicas integradas.
- **Impulsionar o crescimento urbano ordenado e inclusivo:** As cidades devem promover modelos de desenvolvimento urbano que considerem a mobilidade humana como um fator estrutural, promovendo ambientes mais inclusivos, sustentáveis e coesos.

Cidades incubadoras

TIJUANA (MEXICO)

A cidade de Tijuana implementou a Credencial Temporária para Migrantes, um processo destinado a cidadãos repatriados ao México por meio do Programa de Repatriação do Instituto Nacional de Migração. Essa credencial permite que pessoas mexicanas repatriadas, que não possuem identificação oficial, tenham acesso a trâmites e serviços, eliminando barreiras formais e facilitando sua reintegração social e econômica.²⁵

SAN ANTONIO (ESTADOS UNIDOS)

A Biblioteca Pública de San Antonio criou, em conjunto com organizações da sociedade civil locais, o “Cartão de Biblioteca Aprimorado” (*Enhanced Library Card*).²⁶ Esse cartão é uma versão opcional do cartão da biblioteca, que inclui nome, foto, endereço, área de residência, entre outras informações. O cartão permite que seus titulares tenham acesso a benefícios e recursos da biblioteca, e também pode servir como comprovação suplementar de identidade, acessível a qualquer pessoa, independentemente de seu status migratório, para identificação perante diferentes autoridades locais.

²⁵ “Credencial temporária para migrantes”, Prefeitura de Tijuana, 2022 <https://www.tijuana.gob.mx/tramite.aspx?tramite=35>

²⁶ “Cartão de Biblioteca Aprimorado”, Conselho de Bibliotecas Urbanas, Biblioteca Pública de San Antonio, 2021. <https://www.urbanlibraries.org/innovations/enhanced-library-card>



NOVA YORK (ESTADOS UNIDOS)

O Programa de Reassentamento do Norte do Estado de Nova York oferece apoio a migrantes, proporcionando a possibilidade de se mudarem de abrigos temporários para moradias mais permanentes em condados que têm capacidade para acolhê-los a longo prazo. Atualmente, o programa é financiado pela Cidade de Nova York e é realizado no condado de Erie (Buffalo). Anteriormente, a Cidade de Nova York e o Estado de Nova York lançaram o Programa de Assistência para o Reassentamento de Migrantes (*Migrant Relocation Assistance Program* - MRAP), que criou vias de reassentamento para migrantes e outras famílias elegíveis se mudarem dos abrigos da Cidade de Nova York para moradias permanentes nos condados de Albany, Erie, Monroe, Suffolk e Westchester.

MENDOZA (ARGENTINA)

Em resposta à emergência da COVID-19 e a um pedido da Associação Venezuelana “VENCUYO”, o Ministério da Saúde de Mendoza habilitou o registro temporário de profissionais de saúde venezuelanos enquanto validavam seus diplomas por meio do sistema de Trâmite à Distância. Essa medida permitiu que eles exercessem a profissão por até 18 meses, garantindo a continuidade da assistência médica e evitando atrasos administrativos. A iniciativa destacou tanto o papel do Ministério na regulação profissional a nível local quanto a capacidade de incidência das organizações de migrantes na integração laboral.²⁷

²⁷ “Crise Sanitária devido ao Coronavírus: Mendoza Autorizou Médicos Venezuelanos a Atuarem na Província”, Infobae, 2020; Entrevista com representante do PNUD, 18 de fevereiro de 2025. <https://www.infobae.com/sociedad/2020/09/11/crisis-sanitaria-por-el-coronavirus-mendoza-autorizo-a-medicos-venezolanos-para-ejercer-en-la-provincia>.

Cidades implementadoras

SAN ANTONIO (ESTADOS UNIDOS)

O *Migrant Resource Center (MRC)* foi um programa de San Antonio, com o objetivo de atender às necessidades dos migrantes encaminhados com o apoio de organizações da sociedade civil. Funcionou até fevereiro de 2025 como um sistema de atendimento de programas e serviços para essa população, incluindo gestão de casos de regularização migratória, alimentação, acesso à internet e apoio para facilitar sua integração socioeconômica.

VÁRIAS CIDADES (COLÔMBIA)

Várias cidades na Colômbia, incluindo Barranquilla e Bogotá, têm desenvolvido jornadas de regularização para garantir o acesso à documentação e ao status legal de pessoas venezuelanas. Em coordenação com a autoridade nacional, Migração Colômbia, as jornadas têm sido realizadas em áreas remotas para facilitar o acesso aos serviços e alcançar mais pessoas.²⁸

²⁸ Migrantes Solicitam seus Status Temporários de Proteção em Barranquilla: o prazo vai até 28 de maio", *Publimetro*, 2022; <https://elvenezolanonewspaper.com/2024/11/colombia-activa-jornadas-especiales-para-tramitar-el-ppt-a-venezolanos>. "Colômbia Ativa Jornadas Especiais para Processar o PPT para Venezuelanos", *El Venezolano Colombia*, 27 de novembro de 2024. <https://elvenezolanonewspaper.com/2024/11/colombia-activa-jornadas-especiales-para-tramitar-el-ppt-a-venezolanos/>. Entrevista com representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, 13 de dezembro de 2024.

A map of the Americas, including North and South America, is shown in a light teal color. Two callout lines originate from the map: one points to a dot in Maryland, USA, and the other points to a dot in Tacna, Peru. The text boxes are white with teal borders and contain information about migration centers in these locations.

MARYLAND (ESTADOS UNIDOS)

O estado de Maryland criou o Gilchrist Center, um centro de acolhimento para facilitar o acesso dos migrantes aos serviços do Condado de Montgomery, incluindo assistência alimentar, assistência médica, serviços jurídicos, informações sobre moradia, entre outros. ²⁹

TACNA (PERU)

Em colaboração com as autoridades municipais, o ACNUR e a OIM instalaram em Tacna um centro de orientação para migrantes com o objetivo de promover a migração segura, ordenada e regular. Esse trabalho inclui a elaboração de planos para realocar os migrantes instalados em espaços públicos para abrigos dignos. ³⁰

²⁹ “Centro de Recursos para Imigrantes Gilchrist”, site oficial do Condado de Montgomery, Maryland, <https://www.montgomerycountymd.gov/gilchrist>

³⁰ “Peru: ACNUR e OIM alertam para a grave situação em Tacna para refugiados e migrantes”, <https://www.acnur.org/noticias/peru-acnur-y-la-oim-alertan-de-la-grave-situacion-en-tacna-para-personas-refugiadas-y>, ACNUR, 2023; “Descanso em uma longa jornada: um centro diurno oferece serviços a pessoas em trânsito no sul do Peru”, ACNUR, 2023. <https://www.acnur.org/noticias/historias/descanso-en-un-largo-camino-un-centro-diurno-ofrece-servicios-personas-en>

Cidades no papel de incidência

PROCESSO DE QUITO (EQUADOR)

O Processo de Quito recomendou aos Estados-membros a implementação do Cartão de Informação Migratória (*Tarjeta de Información Migratoria — TIM*) como um instrumento para registrar informações sobre migrantes na região e facilitar sua rastreabilidade, sem substituir os documentos de identidade ou viagem exigidos por cada país. Embora essa iniciativa não tenha sido implementada até o momento, sua inclusão nas recomendações evidencia que, na ocasião, havia abertura política para desenvolver mecanismos regionais de registro que facilitassem a mobilidade humana. A partir de seu papel de incidência, as cidades podem retomar essa proposta e defender sua aplicação perante aos governos nacionais.



VÁRIAS CIDADES (COLÔMBIA)

A Asocapitales é uma organização que reúne as capitais da Colômbia, promovendo seu desenvolvimento por meio do diálogo e da colaboração entre os níveis de governo. No âmbito da governança migratória, tem fortalecido a capacidade de cidades como Bucaramanga, Cali, Cartagena, Cúcuta e Medellín diante dos fluxos migratórios, prestando assistência técnica contra o tráfico de pessoas e migrantes, promovendo a coordenação institucional entre governos e a cooperação internacional para gerenciar políticas migratórias, e a identificação de financiamento para projetos relacionados.³⁰

VÁRIAS CIDADES (BRASIL)

A Rede Nacional de Cidades Acolhedoras é uma rede de cidades focada no acolhimento e integração de migrantes, que trabalha em coordenação com o governo federal, agências internacionais e organizações da sociedade civil. Seu objetivo é apoiar e desenvolver capacidades locais para o acolhimento e integração local dessa população, por meio do intercâmbio de experiências, da oferta de subsídios técnicos e políticos para o desenvolvimento e implementação de políticas, e da implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia.³¹

³⁰ "Governança Migratória", Associação Colombiana de Cidades Capitais, 24 de fevereiro de 2025, <https://www.asocapitales.co/2025/02/gobernanza-migratoria/>

³¹ "Rede Nacional de Cidades Acolhedoras", Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil, <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/rede-nacional-de-cidades-acolhedoras-1>

Modelos de atendimento integrado

BARRANQUILLA BOGOTÁ, BUCARAMANGA, CALI, CARTAGENA, CÚCUTA, MEDELLÍN, SANTA MARTA E RIOHACHA (COLÔMBIA)

Os *Centros Intégrate* oferecem orientação, encaminhamentos e apoio aos refugiados e migrantes venezuelanos, assim como aos colombianos que retornam da Venezuela, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos e serviços. Seus principais objetivos são: 1) consolidar o Centro como um espaço permanente onde a cidade, as organizações nacionais e de cooperação internacional oferecem serviços centralizados; 2) alcançar a integração socioeconômica, cultural e urbana dos migrantes e das comunidades de acolhida por meio do acesso a direitos, proteção social, assistência humanitária e integração produtiva; e 3) articular todos os níveis da sociedade para fortalecer a política migratória e a governança.

QUITO (EQUADOR)

A Casa da Mobilidade Humana de Quito é um modelo de atendimento integral aos migrantes no sul da capital equatoriana. A Casa está localizada dentro da Casa Somos, um centro comunitário que promove a coesão social. A coordenação entre 25 órgãos municipais, organizações internacionais e parceiros da sociedade civil permite oferecer serviços mais integrados, incluindo uma estratégia de inclusão socioeconômica para aumentar a empregabilidade e trabalhar com o parceiro do setor privado Conquito.



CÓRDOBA (ARGENTINA)

O Centro de Atendimento a Pessoas Migrantes e Refugiadas (Centro de Atención a Personas Migrantes y Refugiadas — CAPEM) da Prefeitura de Córdoba foi inaugurado em março de 2022 e oferece uma ampla gama de serviços voltados para migrantes e refugiados que residem na cidade e precisam de apoio. Sua atuação está alinhada ao Plano de Metas municipal, no eixo de Desenvolvimento Local Sustentável, e contempla uma gestão migratória integral. Além disso, o CAPEM atua como um espaço de coordenação entre diversos atores — instituições públicas, privadas, organismos internacionais e organizações da sociedade civil — para facilitar a integração social, econômica e cultural de migrantes e retornados na localidade.³³ Cerca de 11.488 pessoas foram atendidas entre 2022 e 2024.

³³ "CAPEM: 16 meses de Acompanhamento e Apoio à Comunidade Migrante e Refugiada em Córdoba", Secretaria de Integração Regional e Vínculos Institucionais da Prefeitura de Córdoba, 14 de agosto de 2023; <https://rrii.cordoba.gov.ar/capem-16-meses-de-acompanamiento-y-apoyo-a-la-comunidad-migrante-y-refugiada-en-cordoba>; "Programa de Acompanhamento a Pessoas Migrantes e Refugiadas — CAPEM", Prefeitura de Córdoba, 2025. <https://cordoba.gov.ar/programa/atencion-migrantes-capem/>

Documentos de identificação local e gestão de dados

VÁRIAS CIDADES (ESTADOS UNIDOS)

Desde 2007, várias cidades dos Estados Unidos têm implementado identificações locais acessíveis a todos os residentes, independentemente do seu status migratório, começando com New Haven (Connecticut) e seguida por São Francisco com a SF City ID em 2009. Esses cartões permitem o acesso a serviços e espaços públicos, promovendo a inclusão social. Essas iniciativas abriram caminho para que cidades como Phoenix, Los Angeles, Nova York, Chicago e outras adotassem e promovessem programas semelhantes. Esses cartões são oferecidos a toda a população residente, não exclusivamente a migrantes em situação irregular, o que tem sido um argumento central em sua defesa legal. Não existe nenhuma lei federal que proíba os governos locais de emitir seus próprios cartões de identificação, nem foi estabelecido que esses programas estejam sujeitos à regulamentação federal de direito preferencial de aquisição (“*federal pre-emption*”).

CHOLOMA (HONDURAS)

Em 2023, Honduras lançou o Sistema de Informação do Registro de Atendimento ao Migrante Retornado (SIAMIR) para registrar dados de migrantes retornados. Administrado pela Secretaria de Relações Exteriores e Cooperação Internacional, ele coleta informações detalhadas nos Centros de Atendimento ao Migrante Retornado (CAMR). O sistema busca compreender melhor a dinâmica do retorno e as condições de vida das pessoas atendidas, incluindo condições econômicas, de saúde, educação, moradia e aspectos pessoais. Para fortalecer seu alcance, a implementação do sistema está sendo ampliada para escritórios municipais que não possuem CAMR, o que permitirá um acompanhamento coordenado entre diferentes localidades. Um exemplo é o município de Choloma, atualmente em processo de integração ao sistema.



REPÚBLICA DOMINICANA

Em 2021, a Direção de Migração da República Dominicana criou um programa-piloto para a implementação do Cartão de Residente Fronteiriço (*Carnet del Habitante Fronterizo*) na província de Pedernales. Esse plano busca criar uma política sustentada de formalização, organização e modernização dos processos de entrada diária de pequenos comerciantes provenientes do Haiti, que obteriam o status temporário na subcategoria de residente fronteiriço. O objetivo é fortalecer a governança migratória, estabelecer uma normalidade institucional do pequeno comércio fronteiriço e gerar registros que permitam coletar informações sobre a população migrante e seus movimentos de entrada e retorno.³⁴

³⁴ "Inicia o desenho piloto do cartão de residente fronteiriço para identificar comerciantes na fronteira com a República Dominicana", OIM, 2021, <https://dominicanrepublic.iom.int/es/news/inician-diseno-piloto-del-carnet-de-habitante-fronterizo-para-identificar-comerciantes-en-la-frontera-con-republica-dominicana>; "Em que consiste o cartão de residente fronteiriço que será concedido aos haitianos?", Diario Libre, 2022, <https://www.diariolibre.com/actualidad/nacional/2022/02/09/requisitos-para-obtener-carnet-del-habitante-fronterizo/1631138>

Programas para o desenvolvimento da força de trabalho

DENVER (ESTADOS UNIDOS)

Como parte do Programa de Solicitantes de Asilo de Denver, foi desenvolvido o programa-piloto *WorkReady*. Seu objetivo é preparar os solicitantes de asilo para o emprego por meio de certificações alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho local. Para a implementação do programa-piloto, foi fundamental a criação de parcerias com o setor privado, visando criar vagas de emprego e combinar o aprendizado em sala de aula, mentorias e oportunidades de estágios profissionais em empresas locais, facilitando a integração socioeconômica dos migrantes.³⁵

BOGOTÁ (COLOMBIA)

Bogotá ofereceu cursos de formação e capacitação para vendedores informais, em parceria com o Instituto para a Economia Social (IPES) e o SENA. O objetivo é que as pessoas em empregos informais fortaleçam suas competências, melhorem seus empreendimentos e aumentem sua renda.³⁶

BOGOTÁ AND CALI (COLOMBIA)

Bogotá e Cali contam com estratégias de coordenação com o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA), instituições educativas para o trabalho e desenvolvimento humano (EDTH), fundações, corporações, associações e organizações não governamentais para capacitar e certificar pessoas. Esse é o caso do programa *Yo Te Cuido y Me Certifico* (Eu Cuido de Você e Me Certifico, tradução livre em português), lançado em 2024 para certificar pessoas cuidadoras, incluindo migrantes; e do programa para a formação de vendedores informais em tecnologia, fortalecimento organizacional de unidades produtivas, inglês e fotografia.³⁷

³⁵ "Programa WorkReady Denver". Cidade e Condado de Denver. <https://denvergov.org/Government/Agencies-Departments-Offices/Agencies-Departments-Offices-Directory/Economic-Development-Opportunity/Search-Job-Opportunities-and-Top-Talent/For-Employers/WorkReady-Denver-Program>

³⁶ "Cursos de formação e capacitação para vendedores informais", Prefeitura de Bogotá, 2022.

³⁷ "O Sena e o IPES trabalham pela capacitação de populações vulneráveis na capital", SENA, 2021. <https://www.sena.edu.co/es-co/Noticias/Paginas/noticia.aspx?IdNoticia=4739>



VÁRIAS CIDADES (BRASIL)

No Brasil, o projeto da OIM, Somos Parte, desenvolveu programas-piloto de capacitação para migrantes em setores de transição verde e digital. Em parceria com a Federação das Indústrias do Brasil, 131 migrantes com experiência em eletricidade foram capacitados gratuitamente na instalação de painéis solares. O curso, com duração de dois a três meses, incluiu módulos técnicos e apoio com alimentação e transporte, o que facilitou a participação dos migrantes e sua conclusão.³⁸

SÃO PAULO (BRASIL)

Em São Paulo, a cidade promove a Semana de Emprego e Renda para Imigrantes, um evento voltado a fomentar a integração socioeconômica de migrantes em situação de vulnerabilidade. Organizada pelo Grupo de Trabalho Municipal, a iniciativa oferece oficinas sobre o mercado de trabalho, elaboração de currículos, apoio a microempreendedores e assistência para regularização migratória. Em sua primeira edição, em 2019, 493 pessoas se inscreveram e, em 2020, 532 participaram, das quais 347 foram encaminhadas para vagas em setores como alimentação, construção civil e comércio. A iniciativa conta com o apoio da OIM, ACNUR, Misión Paz, do Conselho Municipal de Imigrantes, da Cáritas e de empresas privadas.

³⁸ "Projeto Somos Parte impulsiona a contribuição de migrantes para a economia verde", OIM, 2023.
<https://brazil.iom.int/pt-br/news/projeto-somos-parte-impulsiona-contribuicao-de-migrantes-para-economia-verde>

Programas de mobilidade laboral entre cidades

DENVER (ESTADOS UNIDOS)

A cidade de Denver criou a Central de Informações de Denver (*Denver Informational Hub*) dentro do Centro de Serviços de Apoio ao Migrante (*Migrant Support Service Center*) em El Paso, Texas, com o objetivo de fornecer aos migrantes informações claras sobre os serviços disponíveis em Denver, permitindo-lhes tomar decisões informadas sobre sua possível realocação. Essa iniciativa foi desenvolvida em coordenação com as autoridades locais de El Paso, facilitando o intercâmbio de informações e a distribuição de recursos.

COLOMBIA E EQUADOR

A Colômbia e o Equador desenvolveram um projeto-piloto para o reconhecimento mútuo de certificações laborais entre o Serviço Nacional de Aprendizagem da Colômbia (SENA) e o Serviço Equatoriano de Capacitação Profissional (SECAP), com o apoio da OIT e do governo do Canadá. Essa iniciativa visa facilitar o acesso de migrantes, refugiados e retornados a empregos em setores-chave como construção, agricultura e serviços. Paralelamente, a Colômbia implementa a estratégia “C Reconoce Tu Talento”, que promove a certificação de competências profissionais e a contratação de migrantes.³⁹

³⁹ “Talento em Movimento: Reconhecimento de certificações de competências laborais para uma migração segura, ordenada e regular na América Latina e no Caribe”, Relatório do Encontro Regional Tripartite (Lima, 29 a 31 de outubro de 2024), OIT, 2025. https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-03/Memoria_Encuentro_Tripartito_CCL_migracion_2024.pdf



VÁRIAS CIDADES (MÉXICO)

Em maio de 2016, o ACNUR lançou o Programa de Integração Local (PIL) no México, que reúne mais de 600 empregadores do setor privado, além das cidades de Monterrey, Saltillo, San Luis Potosí, Aguascalientes, Guadalajara, Querétaro, León, Irapuato, Guanajuato e Torreón. Seu objetivo é apoiar os refugiados que se encontram no sul do país e desejam mudar-se para cidades do centro e do norte do país, que oferecem mais oportunidades de trabalho. Até outubro de 2023, mais de 35.000 refugiados encontraram soluções por meio do PIL.⁴⁰

⁴⁰ "México: Esperança de um novo lar — 2023 principais resultados, ACNUR México", ACNUR, 2024. https://www.acnur.org/sites/default/files/2024-04/reporte_2023_acnur_mexico.pdf; "35.000 pessoas refugiadas encontram soluções no México graças ao acesso ao emprego formal", ACNUR, 2023. <https://www.acnur.org/mx/noticias/comunicados-de-prensa/35-000-personas-refugiadas-encuentran-soluciones-en-mexico-gracias>

Reconhecimentos

Este relatório faz parte da [Força Tarefa de Prefeitos das Américas sobre Migração](#), um grupo estratégico composto por prefeitos das principais cidades das Américas, que estão implementando respostas inovadoras à migração, lideradas pelas próprias cidades. Esses esforços buscam superar os impasses políticos que têm retardado as respostas a nível nacional.

Os principais autores do relatório são:

Plural Consulting: Álvaro Botero Navarro, Luciana Gandini e María Alejandra Vega

Emerson Collective: Teresa García Castro

Mayors Migration Council: Maggie Powers, Manuel Trujillo e Estefanía Ramírez

Agradecemos também aos seguintes colegas da Plural, Emerson Collective e MMC por sua orientação estratégica e revisão: Laura Vanessa Mora, Marcela Narváez, Daniel Avellaneda, Luisa Barrios, Ana Macouzet, Karina Blanco Ochoa, Vittoria Zanuso e Samer Saliba.

Especialistas consultados: A elaboração deste relatório foi enriquecida pelas ideias e análises de especialistas no tema, que foram entrevistados e consultados para sua elaboração. A inclusão de seus nomes não implica que endossem o relatório, mas reflete nosso agradecimento por suas generosas contribuições:

Alejandra Carrillo (Oficial Sênior de Programas - ACNUR México), Alexandra Haas (Diretora Executiva - Oxfam México), Ana Aguilera (Especialista em Desenvolvimento Social - Banco Mundial), Blanca Navarrete (Diretora Executiva - Derechos Humanos Integrales en Acción), Camila Idrovo (Subdiretora de Parcerias e Finanças Sustentáveis - Fundação Pan-Americana para o

Desenvolvimento), Diego Acosta (Professor de Direito Europeu e Migratório - Bristol University), Diego Morales (Oficial Sênior de Programas, ACNUR México), Elizabeth Arciniegas (Executiva Principal - CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe), Elizabeth Chacko (Professora de Geografia e Meio Ambiente e Assuntos Internacionais - The George Washington University), Fabio Siani (Oficial de Meios de Vida Regionais e Inclusão Econômica / Coordenador de Cidades Solidárias - ACNUR), Felipe Muñoz (Chefe da Unidade de Migração - Banco Interamericano de Desenvolvimento), Gerardo Talavera (Diretor Geral - Casa Refugiados), Hannah Töpler (Diretora Executiva - INTRARE), Hannes Einsporn (Especialista Sênior em Migração - Robert Bosch Stiftung), João Jarochinski (Professor Adjunto - Universidade Federal de Roraima), Johanna Sáenz (Assessora Regional em Mobilidade Humana e Governança Local - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Juan Pablo Ramaciotti (Diretor Executivo - Centro de Políticas Migratórias), Julieta Nicolao (Consultora - Migraciudades), Karina Blanco (Diretora de Vias Laborais - Emerson Collective), Livia De Felice Lenci (Coordenadora de Projetos - OIM), María Olave (Coordenadora regional do Projeto Lazos - OIT), Marie Price (Professora de Geografia e Assuntos Internacionais - The George Washington University), Marta Castro (Assistente de Projeto - Moving Cities), Natalia Durán (Gerente de Políticas - Innovations for Poverty Action), Paula Rossiasco (Especialista Sênior em Desenvolvimento Social - Banco Mundial), Peter Scholten (Professor de Governança da Migração e Diversidade - Erasmus University Rotterdam), Sarah-Yen Stemmler (Oficial de Integração Regional - OIM), Silvia Montepeque Moncrieff (Coordenadora de Projeto Trinacional - Escritório de Coordenação Residente das Nações Unidas), Socorro Tabosa (Responsável Nacional de Projetos - OIM), Sophie Van Haasen (Coordenadora - FFMD Mayors Mechanism), Soraya Pessino (Diretora Técnica - PADF/Brasil), Temístocles Villanueva (Coordenador Geral de Atenção à Mobilidade Humana - Cidade do México), Thomas Lacroix (Diretor de Pesquisa - SciencesPo).



“As vias regulares para a migração são como uma sopa de letras: asilo, TPS, vistos humanitárias, autorizações de trabalho, entre outras, e os migrantes muitas vezes não sabem em que parte da sopa se encontram. As cidades nem sempre têm recursos para oferecer tudo, mas pelo menos podem informar as pessoas sobre o que está disponível em termos de vias regulares de migração.”

Elizabeth Chacko,
George Washington University



Mayors of the
Americas
Task Force on
Migration

